

TERMOS E CONDIÇÕES DE USO - DATA LAWYER INSIGHTS TECNOLOGIA LTDA. - ME

Bem-vindos à Data Lawyer Insights!

1. PREÂMBULO - QUEM SOMOS?

1.1. DATA LAWYER INSIGHTS TECNOLOGIA LTDA. - ME (CNPJ/MF nº 37.251.101/0001-45), estabelecida na Rua 94, nº 1.165, Sala 02, QD. F-17, Lote 139, Setor Sul, GOIÂNIA – GO, CEP: 74.083-060, é uma empresa tecnológica e inovadora em soluções jurídicas, especializada na prestação de serviços de jurimetria, análises estatísticas e gestão de processos judiciais eletrônicos mediante licenciamento de direito de uso de seu software on-line "**Data Lawyer Insights**", desenvolvido com recursos de IA (Inteligência Artificial), disponível em <https://insights.datalawyer.com.br>.

2. DEFINIÇÕES PARA EFEITO DESTE DOCUMENTO

- a) "**DATA LAWYER INSIGHTS**": refere-se à empresa DATA LAWYER INSIGHTS TECNOLOGIA LTDA. – ME identificada no preâmbulo acima.
- b) "**PLATAFORMA**" ou "**SOFTWARE**": qualquer um destes termos refere-se ao software Data Lawyer Insights.
- c) "**CONTRATANTE**": pessoa física ou jurídica que contrata a licença de direito de uso do software Data Lawyer Insights.
- a) "**USUÁRIO(S)**": pessoa natural habilitada/autorizada pela **CONTRATANTE** a utilizar o software on-line Data Lawyer Insights.
- d) "**POLÍTICA DE PRIVACIDADE**": documento pelo qual a **DATA LAWYER INSIGHTS** esclarece, em detalhes, o tratamento de dados pessoais dos Usuários do software, ou da **CONTRATANTE** quando se tratar de pessoa física, em atendimento à legislação vigente, sobretudo de acordo com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).
- e) "**LGPD**": sigla correspondente à "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais", Lei nº 13.709/2018.
- f) "**DADOS PESSOAIS**": qualquer informação relacionada à pessoa natural que a identifique, ou que, usada em combinação com outras informações tratadas, identifiquem um indivíduo. Ainda, qualquer informação por meio da qual a identificação ou informação de contato de uma pessoa natural seja possível.
- g) "**DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS**": dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.



- h) "**DADO ANONIMIZADO**": dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião do tratamento.
- i) "**BANCO DE DADOS**": conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- j) "**TITULAR**": pessoa natural a quem se referem os dados pessoais objeto do tratamento de dados pessoais.
- k) "**TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**": considera-se tratamento de dado pessoal a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados de pessoas físicas.
- l) "**ANONIMIZAÇÃO**": utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta a um indivíduo.
- m) "**CONSENTIMENTO**": autorização livre, informada e inequívoca (sem deixar dúvidas) pela qual o Usuário concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade previamente estipulada.
- n) "**ELIMINAÇÃO**": exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.
- o) "**USO COMPARTILHADO DE DADOS**": comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicas no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para um ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.
- p) "**REGISTROS DE ACESSO À APLICAÇÃO DE INTERNET**": conjunto de informações referentes à data e hora de uso de uma determinada aplicação de internet, a partir de um determinado endereço de IP.
- q) "**PARTE RECEPTORA**": é a **CONTRATANTE** ou a **DATA LAWYER INSIGHTS** quando recebe informações confidenciais da Parte Divulgadora.
- r) "**PARTE DIVULGADORA**": é a **CONTRATANTE** ou a **DATA LAWYER INSIGHTS** quando fornece informações à Parte Receptora.
- s) "**SaaS**": acrônimo relativo a "Software as Service", expressão utilizada para definir um software disponibilizado a um usuário como um serviço e, no presente contrato, como sendo a modalidade de contratação dos serviços disponibilizados pela **DATA LAWYER INSIGHTS** em ambiente digital, via internet.



3. OBJETO

3.1. Pelos presentes “Termos e Condições de Uso” ficam estabelecidos os direitos e obrigações das Partes e dos usuários habilitados/autorizados pelo acesso e utilização do software on-line Data Lawyer Insights de jurimetria, desenvolvido para servir como ferramenta de aplicação de análises estatísticas e gestão de processos judiciais eletrônicos contidos nos bancos de dados processuais do próprio software, nos termos e limites contratados.

3.2. Atualmente o software Data Lawyer Insights possui os seguintes bancos de processos judiciais eletrônicos especificados abaixo, disponíveis para contratação, cabendo à **CONTRATANTE** escolher e contratar somente os serviços que necessita, nos limites desejados:

3.2.1. BANCO DE PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS TRABALHISTA EM ÂMBITO NACIONAL, exceto processos em segredo de justiça, capturados diariamente mediante leitura dos respectivos diários de justiça eletrônicos da Justiça do Trabalho e do sistema de processo judicial eletrônico – PJE dos Tribunais Regionais do Trabalho de todo o Brasil (em trâmite na 1ª e 2ª instâncias) e do Tribunal Superior do Trabalho – TST;

3.2.2. BANCO DE PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS EM TRÂMITE NOS ÓRGÃOS DE 1º e 2º GRAUS DE JURISDIÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL EM ÂMBITO NACIONAL, exceto processos em segredo de justiça, capturados das seguintes formas:

- a) A captura dos processos eletrônicos em trâmite no 1º e no 2º grau de jurisdição da Justiça Federal da 1ª, da 3ª e da 4ª Região, com abrangência a todos os estados jurisdicionados pelos respectivos tribunais regionais federais (TRF-1, TRF-3 e TRF-4), é feita mediante leitura do DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO NACIONAL – DJEN;
- b) A captura dos processos eletrônicos em trâmite no 1º e no 2º grau de jurisdição da Justiça Federal da 2ª e da 5ª Região, com abrangência a todos os estados jurisdicionados pelos respectivos tribunais regionais federais (TRF-2 e TRF-5), é feita mediante leitura dos sistemas de CONSULTA PÚBLICA do TRF-2 e do TRF-5.

3.3. Fica a **DATA LAWYER INSIGHTS** isenta de quaisquer responsabilidades pela eventual falta de processos eletrônicos de algum dos sistemas mencionados nos itens “**3.2.1.**” e “**3.2.2.**”, em caso de impossibilidade de fazer a leitura e captura dos mesmos.

3.3.1. Excetuando a condição prevista no item “**3.3.**” acima, a **DATA LAWYER INSIGHTS** mantém os referidos bancos de processos sempre atualizados com a inserção de novos processos, podendo ocorrer atraso ou até a interrupção da atualização dos referidos bancos de processos quando:

- a) ocorrer bloqueios, mudanças de layout, instabilidade ou por outras modificações nos sistemas de processo judicial eletrônico, por ato unilateral de qualquer um dos Tribunais Regionais do Trabalho ou dos Tribunais Regionais Federais;



- b) os referidos tribunais passarem a cobrar por consulta processual nos sistemas de processo judicial eletrônico, com ou sem a necessidade de digitação de *recaptcha* (código de acesso);
- c) as publicações relativas aos referidos processos eletrônicos deixarem de ser publicadas nos respectivos diários de justiça.

3.3.2. Caso ocorra qualquer uma das hipóteses mencionadas nas alíneas "a", "b" e "c" acima mencionadas, fica a **DATA LAWYER INSIGHTS** isenta de quaisquer responsabilidades por não poder atualizar ou por atrasar a atualização dos bancos de processos do SOFTWARE.

3.4. A Proposta Comercial originária da contratação do software é confeccionada pela **DATA LAWYER INSIGHTS** com base no desejo e necessidade da **CONTRATANTE**, da qual deve constar o Plano de serviços escolhido de acordo com os limites desejados e o(s) banco(s) de processos a ser(em) utilizado(s) (da Justiça Trabalhista e/ou da justiça Federal), preço, plano e forma de pagamento e outras condições.

3.5. Para acessar o software **Data Lawyer Insights**, os usuários autorizados devem fazer conexão com a plataforma <https://insights.datalawyer.com.br> e digitar seus dados (login e senha) de acesso aos módulos e funcionalidades, nas condições e limites contratados.

3.6. Seguem abaixo os Planos de Serviço disponíveis para contratação, detalhados nas respectivas tabelas:

PLANOS DE SERVIÇOS REFERENTES A PROCESSOS ELETRÔNICOS DA JUSTIÇA TRABALHISTA:

| MÓDULOS/FUNCIONALIDADES DO SOFTWARE: | PLANOS DE SERVIÇOS/JUSTIÇA DO TRABALHO: | | |
|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | BÁSICO | PREMIUM | ENTERPRISE |
| USUÁRIOS (acesso simultâneo) | 3 (três) | 3 (três) | 3 (três) |
| Base total de processos | SIM | SIM | SIM |
| Volumetria | SIM | SIM | SIM |
| Meu Escritório - análise de processos do próprio escritório/empresa. | NÃO | (* A capacidade de utilização deste módulo está definida na cláusula "3.7." destes Termos e Condições de Uso). | (* A capacidade de utilização deste módulo está definida na cláusula "3.7." destes Termos e Condições de Uso). |
| Exportador | NÃO | (* Em caso de contratação desta funcionalidade, será nos termos da cláusula "3.9." destes Termos e Condições de Uso). | (* Em caso de contratação desta funcionalidade, será nos termos da cláusula "3.9." destes Termos e Condições de Uso). |
| Comparativos | SIM | SIM | SIM |
| Riscos e Provisão | NÃO | NÃO | SIM |



| | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----|-----|
| Legal Research - Busca textual inteligente no conteúdo dos documentos vinculados aos processos | NÃO | SIM | SIM |
| Análise a nível de pedidos | SIM | SIM | SIM |
| Análise a nível de cargos do reclamante | SIM | SIM | SIM |
| Lista de processos | SIM | SIM | SIM |
| Customer Success | SIM | SIM | SIM |

PLANOS DE SERVIÇOS REFERENTES À PROCESSOS ELETRÔNICOS DA **JUSTIÇA FEDERAL**:

| MÓDULOS/FUNCIONALIDADES DO SOFTWARE: | PLANOS DE SERVIÇO/JUSTIÇA FEDERAL: | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| | BÁSICO | PREMIUM | ENTERPRISE |
| Usuários (acesso simultâneo) | 3 (três) | 3 (três) | Não Disponível (em Desenvolvimento). |
| Base total de processos | SIM | SIM | |
| Volumetria | SIM | SIM | |
| Meu Escritório - análise de processos do próprio escritório/empresa | NÃO | (*) A capacidade de utilização deste módulo está definida na cláusula "3.7." destes Termos e Condições de Uso). | |
| Exportador | NÃO | (*) Em caso de contratação desta funcionalidade, será nos termos da cláusula "3.9." destes Termos e Condições de Uso). | |
| Comparativos | SIM | SIM | |
| Risco e Provisão | NÃO | NÃO | |
| Legal Research - Busca textual inteligente no conteúdo dos documentos vinculados aos processos | NÃO | SIM | |
| Lista de processos | SIM | SIM | |
| Customer Success | SIM | SIM | |

3.7. A permissão da capacidade de uso do módulo "**Meu Escritório**" é limitada a 5.000 (cinco mil) processos, não importa se a contratação abrange as esferas FEDERAL e TRABALHISTA ou somente uma delas, nem mesmo se é Plano PREMIUM ou ENTERPRISE, porém, a CONTRATANTE poderá, mediante negociação e ajuste do preço, solicitar o aumento da permissão de uso do módulo "**Meu Escritório**" para um número maior de processos.



3.8. Todos os dados referentes aos grupos de processos criados pelos usuários do SOFTWARE no módulo "**Meu Escritório**", serão removidos do respectivo banco de dados do cliente 30 (trinta) dias depois do término do contrato.

3.9. A CONTRATANTE poderá contratar, caso queira, a funcionalidade "**EXPORTADOR**" do módulo "MEU ESCRITÓRIO", que serve para gerar e exportar em PLANILHA EXCEL listas de dados de processos contidos no "Banco de Processos Judiciais Eletrônicos Trabalhistas" e/ou do "Banco de Processos Judiciais Eletrônicos Federais" do software Data Lawyer Insights. A **CONTRATANTE** poderá adquirir este serviço na contratação inicial ou durante a vigência contratual, cujo valor será de acordo com o limite de processos liberado para exportação de dados processuais pela **DATA LAWYER INSIGHTS**, conforme interesse e necessidade da **CONTRATANTE**.

3.10. SERVIÇOS AVULSOS DISPONÍVEIS PARA CONTRATAÇÃO – independentemente do objeto contratado, no decorrer da vigência deste contrato, a **CONTRATANTE** poderá contratar:

- a) o SERVIÇO AVULSO de fornecimento de relatório único em planilha Excel, contendo os dados da capa, andamentos e documentos a serem extraídos dos processos contidos no banco de processos judiciais eletrônicos da Justiça do Trabalho e/ou da Justiça Federal, mencionados neste documento. Para contratação deste serviço, a **CONTRATANTE** deve informar em planilha excel a lista de processos no padrão CNJ (Conselho Nacional de Justiça)., conforme seu interesse.
- b) o SERVIÇO AVULSO de consultoria on-line ministrada em sessões previamente agendadas, em horário comercial, até que se complete o total de horas contratadas para utilização eficiente e estratégica do software Data Lawyer Insights.

3.11. A utilização do software Data Lawyer Insights não pode ultrapassar os limites do Plano contratado.

3.12. Na criação de pesquisas, estatísticas, relatórios ou quaisquer informações e documentos com a utilização do software Data Lawyer Insights, a **CONTRATANTE** deverá citá-lo como fonte utilizada no respectivo desenvolvimento.

3.13. A **CONTRATANTE** é a única responsável por divulgar quaisquer pesquisas, estatísticas, relatórios ou quaisquer informações e documentos criados com a utilização do software Data Lawyer Insights, em desacordo com as normas e preceitos legais da legislação brasileira, especialmente que possam infringir a Lei Federal nº 13.709/2018 de Proteção de Dados Pessoais, responsabilizando-se por pedidos de indenização por danos morais e materiais causados a terceiros em detrimento das referidas divulgações.

3.14. O licenciamento do software Data Lawyer Insights destina-se exclusivamente para servir como ferramenta de jurimetria, gestão e aplicação de análises estatísticas em processos eletrônicos nos termos e limites contratados.

4. DA FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL, DO CADASTRO, DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

4.1. A contratação da licença de direito de uso do software Data Lawyer Insights dá-se quando a **CONTRATANTE** autoriza a PROPOSTA COMERCIAL mencionada no item "**3.4.**" deste documento e informa simultaneamente os seus dados (CNPJ ou CPF, telefone, e-mails,



endereço, CEP) necessários para cadastro da assinatura, ficando a **CONTRATANTE** ciente que:

- a) o cadastro da assinatura e respectivos serviços, nos limites contratados, é feito em até 2 (dois) dias úteis após a data da autorização da PROPOSTA COMERCIAL;
- b) a prestação dos serviços contratados inicia efetivamente quando, após o cadastro da assinatura, a **DATA LAWYER INSIGHTS** envia uma mensagem de confirmação para o e-mail da **CONTRATANTE**, informando os dados (SENHA e LOGIN) do "Usuário Máster" para acesso e utilização do SOFTWARE, ficando ao "Usuário Master" a responsabilidade de habilitar e autorizar outros usuários a acessarem e utilizarem o referido software, nos termos e limites contratados.

4.2. Quando a contratação for realizada pela Internet, telefone ou qualquer outro meio não presencial, a **CONTRATANTE** poderá desistir livremente da contratação no prazo de 7 (sete) dias corridos, sem custos, nos termos do art. 49 do Código de Defesa do Consumidor.

4.3. No primeiro acesso ao software para utilização dos serviços contratados, os usuários habilitados e autorizados devem ler e aceitar obrigatoriamente os presentes "**Termos e Condições de Uso**" e a "**Política de Privacidade**" da **DATA LAWYER INSIGHTS**.

4.4. Na criação de pesquisas, estatísticas, relatórios ou quaisquer informações e documentos com a utilização do software Data Lawyer Insights, de acordo com a legislação brasileira, a **CONTRATANTE** deverá citá-lo como fonte utilizada no respectivo desenvolvimento.

4.5. A **CONTRATANTE** declara estar ciente que os dados disponibilizados pelo software Data Lawyer Insights são aproximações que decorrem de análises estatísticas realizadas com base em processos judiciais eletrônicos públicos (contidos no próprio software), podendo ocorrer possíveis discrepâncias com a realidade, tendo em vista os critérios de cálculo adotados e as informações disponibilizadas pelos órgãos públicos e pela própria **CONTRATANTE**.

4.5.1. O CONTRATANTE está ciente de que o enriquecimento de dados realizado pela DATA LAWYER INSIGHTS se refere exclusivamente a dados de processos judiciais públicos. A DATA LAWYER INSIGHTS assegura que qualquer tratamento de dados pessoais está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). Além disso, o tratamento de dados pessoais realizado pela DATA LAWYER INSIGHTS limita-se às informações das pessoas responsáveis e envolvidas na contratação de seus serviços, garantindo a segurança e a privacidade desses dados conforme os princípios estabelecidos pela LGPD.

4.6. A **CONTRATANTE** se compromete a alertar sobre a possibilidade de margem de erro quando divulgar quaisquer dados ou relatórios retirados do software Data Lawyer Insights.

4.7. A **CONTRATANTE** é a única responsável por divulgar quaisquer pesquisas, estatísticas, relatórios ou quaisquer informações e documentos criados com a utilização do software Data Lawyer Insights, em desacordo com as normas e legislações brasileiras, responsabilizando-se por pedidos de indenização por danos materiais e/ou morais causados a terceiros em razão das referidas divulgações.

4.8. As relações jurídicas decorrentes da contratação são regidas pela legislação brasileira.

5. REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS PARA A UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE



5.1. O software Data Lawyer Insights é acessível exclusivamente pela internet, não havendo instalação física nas máquinas da **CONTRATANTE**.

5.2. Equipamentos e serviços necessários para acesso ao software:

- a) Computador, tablet ou smartphone com acesso à internet;
- b) O navegador recomendado é o Google Chrome versão maior ou igual a 68, Firefox maior ou igual a 61.

5.3. Compete exclusivamente à **CONTRATANTE** a compra, preparação e manutenção de todos os equipamentos, sistemas e interfaces necessários, que sejam devidamente compatíveis e atualizados, bem como o acesso à internet para garantir a integração do software aos seus sistemas e equipamentos.

5.4. Fica a **DATA LAWYER INSIGHTS** isenta de qualquer responsabilidade pela falta de conexão com o seu software e e-mails disponibilizados na internet, quando a impossibilidade de acesso não for causada por sua culpa.

6. DA UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE PELOS USUÁRIOS AUTORIZADOS

6.1. O software e serviços contratados estarão disponíveis aos Usuários mediante as seguintes previsões:

- a) O Usuário deverá ser maior de 18 (dezoito) anos, menor emancipado, ou possuir o consentimento expresso e por escrito dos pais ou responsável legal para se vincular a estes "**Termos e Condições de Uso**" e aceitar e cumprir com suas disposições.
- b) Menores de idade não devem enviar informações pessoais, tais como endereço de e-mail, nome e/ou informação para contato com a **DATA LAWYER INSIGHTS**. Apenas os pais ou responsáveis legais estão autorizados a entrar em contato com a **DATA LAWYER INSIGHTS**.
- c) O Usuário declara ciência de que não poderá, sem a devida autorização, utilizar-se de imagens de terceiros para sua identificação ou em publicações feitas em qualquer parte do site.

6.2. Em nenhuma hipótese será permitida a cessão, venda, aluguel ou outra forma de transferência da(s) conta(s). Também não se permitirá a utilização ou manutenção de um mesmo login de acesso por mais de uma pessoa e/ou acesso simultâneo, ainda que vinculadas à mesma **CONTRATANTE**. Cada pessoa natural deverá possuir um login de acesso válido, conforme o plano de serviços contratado.

6.3. O Usuário garante e responde pela veracidade, exatidão e autenticidade dos dados informados e deverá:

- a) Fornecer informações verdadeiras, exatas, atuais e completas;
- b) Conservar e atualizar imediatamente tais informações para mantê-las verdadeiras, exatas, atuais e completas.

6.4. O acesso e a utilização do software ocorrerão dentro dos limites contratados.



6.5. O acesso ao software se dá pelo uso do nome de usuário/e-mail e senha, cabendo exclusivamente ao Usuário cadastrado a guarda e o armazenamento adequado desses dados, responsabilizando-se pela utilização de sua conta.

6.6. A **DATA LAWYER INSIGHTS** não possui conhecimento da senha de qualquer dos Usuários do software, sendo ela criptografada. O Usuário é o único responsável por manter a segurança, controle e confidencialidade de sua conta.

6.7. Suspeitando o Usuário da existência de uso inadequado de sua conta por terceiros ou utilização contrária aos presentes "Termos e Condições de Uso" por outros usuários, deverá informar à **DATA LAWYER INSIGHTS** imediatamente.

6.8. O Usuário concorda que o contrato e o acesso poderão ser interrompidos ou cancelados, caso alguma informação fornecida seja falsa, incorreta, desatualizada ou incompleta ou quando houver a violação dos presentes "**Termos e Condições de Uso**", independentemente de aviso prévio, podendo ocorrer, ainda, a substituição do login pela **CONTRATANTE**.

6.9. A liberação para uso do SOFTWARE dar-se-á somente após a confirmação do cadastro, por meio de mensagem enviada pela **DATA LAWYER INSIGHTS** ao e-mail da **CONTRATANTE**.

7. DO PREÇO, PLANOS E FORMA DE PAGAMENTO, DOS ENCARGOS, SUSPENSÃO E RESCISÃO POR INADIMPLÊNCIA DO PAGAMENTO, DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO REAJUSTE ANUAL

7.1. A utilização e o preço da contratação da licença de direito de uso do Software on-line Data Lawyer Insights são de acordo com as condições definidas na Proposta Comercial autorizada pela **CONTRATANTE**.

7.2. Se o plano de pagamento escolhido for MENSAL, a primeira nota fiscal e o respectivo boleto bancário para pagamento do objeto contratado serão disponibilizados em até 3 (três) dias úteis, com vencimento do boleto para 10 (dez) dias após o primeiro dia da vigência contratual e, a partir de então, os demais terão vencimento de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias.

7.3. Se o Plano de pagamento escolhido for ANUAL, a **CONTRATANTE** pagará à **DATA LAWYER INSIGHTS** o valor total da contratação mediante apresentação da nota fiscal e do respectivo boleto bancário em até 3 (três) dias úteis, com vencimento para 10 (dez) dias a contar do primeiro dia da vigência contratual.

7.4. Os valores dos serviços contratados são definidos de acordo com a política de preços da **DATA LAWYER INSIGHTS**.

7.5. O não recebimento da fatura no endereço indicado pela **CONTRATANTE** não a exime do pagamento pontual dos serviços contratados, uma vez que poderá acessar a fatura no site da **DATA LAWYER INSIGHTS** ou solicitar cópia via e-mail. A **CONTRATANTE** é obrigada a manter atualizado junto à **DATA LAWYER INSIGHTS** todos os seus dados cadastrais necessários para todos os efeitos contratuais.

7.6. O pagamento de uma determinada mensalidade não quita débitos anteriores.

7.7. Em caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido à **DATA LAWYER INSIGHTS**, este valor será acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês mais uma multa de 2% (dois por cento).



7.8. Ao utilizar meios de pagamento on-line, fica a **CONTRATANTE** ciente de que os pagamentos serão feitos por intermédio de empresas terceirizadas, não possuindo a **DATA LAWYER INSIGHTS** qualquer ingerência sobre tal operação, razão pela qual não poderá ser responsabilizada por operações financeiras.

7.9. Ainda, a **DATA LAWYER INSIGHTS** não se responsabiliza nos casos em que as empresas operadoras dos meios de pagamento vierem a admitir o uso de cartões por quem não for seu legítimo titular, sendo tais empresas as únicas responsáveis por eventuais fraudes. Em caso de responsabilização, fica resguardado o direito de regresso da **DATA LAWYER INSIGHTS**.

7.10. A **DATA LAWYER INSIGHTS** não coleta, tampouco armazena dados de cartões de crédito dos USUÁRIOS, não podendo responder por fatos ocorridos em plataforma digital de terceiros.

7.11. Na ocorrência de atraso da fatura pelos serviços prestados, superior a 10 (dez) dias, a **DATA LAWYER INSIGHTS** terá o direito de suspender os serviços. Sendo superior a 20 (vinte) dias de atraso de qualquer valor devido, a **DATA LAWYER INSIGHTS** fica autorizada a rescindir o contrato.

7.12. A **CONTRATANTE** se obriga ao pagamento de eventuais débitos relativos a serviços executados até a data da suspensão, devidamente corrigidos em caso de cobrança judicial ou extrajudicial, que além dos encargos previstos no item "**7.7.**" supracitado, incidirão todas as despesas processuais ou extrajudiciais, incluindo honorários advocatícios, honorários de peritos, custas judiciais, emolumentos cartorários, dentre outros.

7.13. No caso de qualquer aumento nos percentuais aplicáveis ou criação de novos tributos, aumento de custos, ou qualquer outro fato que ocasionar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, incluindo, mas não se limitando a elevação de salários dos empregados, a **DATA LAWYER INSIGHTS** terá o direito de rever seus preços proporcionalmente.

7.14. Os REAJUSTES DE PREÇO serão efetuados anualmente mediante aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) positivo, acumulado no período de 12 (doze) meses. Em caso de extinção do IGP-M, o reajuste será feito pelo índice que legalmente vier a substituí-lo.

7.15. A VIGÊNCIA CONTRATUAL é de 12 (doze) meses a contar do dia útil seguinte ao da data do cadastro da assinatura e dos respectivos serviços contratados, com prorrogação automática por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, caso não haja manifestação contrária das Partes com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8. ALTERAÇÃO DOS "TERMOS E CONDIÇÕES DE USO" E DA "POLÍTICA DE PRIVACIDADE"

8.1. A **DATA LAWYER INSIGHTS** poderá modificar, a qualquer tempo, os presentes "**Termos e Condições de Uso**" e a sua "**Política de Privacidade**", visando ao aprimoramento e correspondência com os serviços prestados ou para atendimento de questões legais, administrativas ou ordens judiciais.

8.2. A **DATA LAWYER INSIGHTS** informará à **CONTRATANTE** e aos Usuários autorizados acerca de alterações significativas por quaisquer das seguintes formas: através de avisos por



e-mail, mensagens na plataforma, banners no website ou aplicativo, ou outro meio que considerar adequado.

8.3. Fica a critério do Usuário decidir se prosseguirá ou não com a utilização da plataforma. Caso o Usuário não concorde com as alterações deverá cessar o uso do software, solicitando a exclusão da conta e requerendo à **CONTRATANTE** que providencie a alteração do Usuário habilitado perante a **DATA LAWYER INSIGHTS**.

9. ALTERAÇÃO DOS SERVIÇOS E FUNCIONALIDADES DO SOFTWARE

9.1. A **DATA LAWYER INSIGHTS** poderá realizar modificações (updates) nos serviços próprios do software e funcionalidades existentes, a fim de promover a sua melhoria ou sua adequação a determinada imposição legal, o que não implica em falha contratual ou em razão para rescisão do contrato pela **CONTRATANTE**, desde que não altere a prestação dos serviços contratados.

10. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. Ao acessar a plataforma da **DATA LAWYER INSIGHTS**, o Usuário declara estar ciente da “**Política de Privacidade**” por ela estabelecida e declara expressamente que aceita e concorda com as previsões nela descritas.

11. POLÍTICA DE ARMAZENAMENTO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS E DOS CLIENTES

11.1. A inserção de dados pessoais corretos e atualizados, pela **CONTRATANTE**, é de sua responsabilidade, autorizando a **DATA LAWYER INSIGHTS** a tratá-los exclusivamente para as finalidades de prestação dos serviços contratados e em conformidade com a legislação aplicável. Nada obstante, a **DATA LAWYER INSIGHTS** possui a faculdade de moderar e excluir conteúdo que viole a legislação, os “**Termos e Condições de Uso**”, a “**Política de Privacidade**”, a boa-fé e outros princípios.

11.2. A **CONTRATANTE** pode permitir ou proibir a exclusão de informações processuais por “Usuários Habilitados”.

11.3. As informações excluídas não poderão ser recuperadas e a **CONTRATANTE** isenta a **DATA LAWYER INSIGHTS** pela exclusão indevida por seus “Usuários Habilitados”.

11.4. É vedado à **CONTRATANTE** inserir conteúdos ilegais ou impróprios no software Data Lawyer Insights, em conjunto ou separadamente com outros conteúdos.

11.5. A **CONTRATANTE** é responsável por todas as permissões necessárias para inclusão de conteúdo no software on-line Data Lawyer Insights.

11.6. Quando aplicável, é possível conceder à **DATA LAWYER INSIGHTS** a permissão para usar, armazenar e processar o conteúdo da entrega dos serviços.

11.7. As informações processuais inseridas pela **DATA LAWYER INSIGHTS** no software on-line Data Lawyer Insights são obtidas de fontes públicas, com fundamento na Constituição Federal (art. 5º, inciso XXXIII, art. 5º, inciso LX, art. 37, art. 93, inciso IX, art. 170, art. 216, § 2º, art. 220), no Código de Processo Civil (art. 927, § 5º), na Lei Geral de Proteção de Dados (art. 6º, inciso VI), na Lei do Processo Eletrônico (art. 10, § 6º), na Lei de Acesso à Informação



(art. 3º, inciso I), no Estatuto da OAB (art. 7º, inciso XIII), na Resolução 121 do CNJ (art. 3º, § 1º) e demais normas aplicáveis.

12. PROPRIEDADE INTELECTUAL

12.1. A **DATA LAWYER INSIGHTS** é a única titular dos direitos autorais e intelectuais e de comercialização do software on-line Data Lawyer Insights (disponível na plataforma <https://insights.datalawyer.com.br>), desenvolvido com base em IA (Tecnologia da Informação) para realizar jurimetria e aplicação de análises estatísticas em processos judiciais eletrônicos.

12.2. Tal relação contratual é norteada pelas Leis nº 9.609/1998 (Lei do Software), nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais), nº 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial) e, de forma subsidiária, pela Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) no que for omissa ou obscura a legislação especial, devendo ser respeitados todos as normativas do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e da Biblioteca Nacional, assim como todos tratados e regulamentos aplicáveis que regulam sobre direitos da propriedade intelectual.

12.3. A **DATA LAWYER INSIGHTS** reserva para si todos os direitos legais, títulos e interesses, tais como: direitos autorais, patentes, segredos comerciais e quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas, nomes de domínio na Internet e nomes comerciais que são exibidos no referido software, bem como seus códigos, interface gráfica, componentes e design.

12.4. A **DATA LAWYER INSIGHTS** reserva a si todos os direitos, salvo se expressamente licenciados ou concedidos à **CONTRATANTE** em relação ao seu software e à plataforma, sobretudo em relação a seus elementos e/ou ferramentas. Tais elementos e/ou ferramentas não podem ser usados, copiados, reproduzidos, distribuídos, transmitidos, difundidos, imitados, exibidos, vendidos, licenciados ou, de outro modo, explorados para quaisquer fins, sem o consentimento prévio e por escrito da **DATA LAWYER INSIGHTS**.

12.5. Pertencem à **DATA LAWYER INSIGHTS** todos os direitos de propriedade intelectual das derivações do software Data Lawyer Insights, dos softwares originários, ainda que as sugestões de melhorias tenham sido apresentadas pela **CONTRATANTE** ou por qualquer Usuário autorizado/habilitado, não podendo estes reclamarem qualquer direito patrimonial ou moral decorrente deste fato.

12.6. É proibido desmontar, descompilar, tentar traduzir ou praticar quaisquer atos que caracterizem prática de spam, flood, envio de vírus, SQL Inject, engenharia reversa ou qualquer outra medida que vise derrubar os sistemas para acessar código fonte ou outras informações. Também são vedadas práticas que coloquem em risco a segurança do software ou que de qualquer forma possam danificar, inutilizar, sobrecarregar ou deteriorar dispositivos informáticos próprios ou de terceiros e, ainda, material protegido por leis de propriedade intelectual ou industrial pertencentes a terceiros, sem autorização de seus titulares ou que viole segredos empresariais.

12.7. Em caso de violação dos direitos autorais do software, além da rescisão do contrato, a **CONTRATANTE** fica solidariamente responsável pelo pagamento de multas e de indenização por danos suplementares. O infrator ficará sujeito ainda às sanções penais previstas na Lei nº 9.609/1998 e outras porventura aplicáveis.



12.8. É vedada a utilização por qualquer forma ou meio das marcas ou nomes da **DATA LAWYER INSIGHTS** pelos Usuários autorizados, sem autorização expressa de seu titular.

13. LIMITAÇÕES, ATIVIDADES VEDADAS AO USUÁRIO E OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1. O software Data Lawyer Insights deverá ser utilizado exclusivamente para as finalidades contratadas, não podendo a **CONTRATANTE** e Usuários habilitados permitirem, facilitarem, utilizarem ou fornecerem os serviços ora contratados a terceiros ou usuários não habilitados. Ainda, tais serviços não poderão ser utilizados pela **CONTRATANTE**, sob qualquer circunstância, para exploração comercial.

13.2. Se for identificado o uso de itens adicionais ao plano escolhido, a **DATA LAWYER INSIGHTS** terá direito de cobrar por eles, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos e direito de rescisão do Contrato pela **DATA LAWYER INSIGHTS**.

13.3. Fica a **CONTRATANTE** ciente que o uso irregular dos itens contratados, como a utilização de robôs (crawlers), será considerado infração grave. Nesse caso, o Usuário será bloqueado automaticamente por tempo indeterminado pelo software violado até que os acessos massivos sejam esclarecidos, ficando reservada à **DATA LAWYER INSIGHTS** a prerrogativa de rescindir o contrato de imediato, sem prejuízo do direito de cobrar o ressarcimento pelas perdas e danos cabíveis.

13.4. Quaisquer informações, materiais ou outros direitos fornecidos dispostos nestes "**Termos e Condições de Uso**" não são transferíveis e não são sublicenciáveis pela **CONTRATANTE**.

13.5. Todas as avaliações prévias ou testes porventura disponibilizados pela **DATA LAWYER INSIGHTS** estão sujeitos às disposições destes "**Termos e Condições de Uso**".

13.6. A **CONTRATANTE** concorda que cumprirá todas as leis e regulamentos aplicáveis às atividades dispostas neste documento. Ademais, o Usuário concorda que não utilizará o software para executar qualquer tipo de atividade ilegal ou para tomar qualquer ação que afete negativamente o seu desempenho, bem como que não se envolverá, nem ajudará, por intenção ou omissão, um terceiro com o propósito de:

- a) obter acesso não autorizado ao software ou à conta de outro Usuário;
- b) fazer qualquer tentativa de contornar quaisquer características de segurança;
- c) violar qualquer lei, estatuto, ordenança ou regulamento;
- d) reproduzir, duplicar, copiar, vender ou revender os serviços prestados pela **DATA LAWYER INSIGHTS**;
- e) interferir ou interromper os serviços prestados pela **DATA LAWYER INSIGHTS**;
- f) utilizar os dados coletados e tratados na plataforma de forma distinta à contratação firmada entre a **DATA LAWYER INSIGHTS** e a **CONTRATANTE**;
- g) transferir a terceiros desautorizados os dados ou informações acessadas.



14. SUPORTE TÉCNICO - SLA – SERVICE LEVEL AGREEMENT

14.1. Com finalidade de assistir à resolução de problemas técnicos relativos aos serviços contratados, a **CONTRATANTE** deve enviar sua solicitação para o canal de atendimento da **DATA LAWYER INSIGHTS**, que atenderá por meio de telefone, acesso ao helpdesk ou canais de autoatendimento.

14.2. A **DATA LAWYER INSIGHTS** poderá solicitar o consentimento da **CONTRATANTE** para instalar agentes de softwares em seus sistemas com a finalidade de prestar apoio ou suporte remoto à utilização do software na plataforma.

14.3. Caso a **CONTRATANTE** negue tal consentimento, a **DATA LAWYER INSIGHTS** se reserva o direito de cobrar valores adicionais em caso de necessidade de suporte ou acesso alternativo.

14.4. A **DATA LAWYER INSIGHTS** não se responsabiliza:

- a) pela indisponibilidade ou impedimentos de acesso aos websites e/ou aos sistemas de órgãos governamentais ou de terceiros;
- b) pela falta de energia elétrica, queda ou mudança nos links (conexões via internet) ou sistemas de transmissão envolvidos na comunicação e qualquer outra mudança de infraestrutura ocorrida ou alterações nos sites dos órgãos oficiais que afetem o acesso e a formatação dos dados provenientes dos órgãos oficiais;
- c) pela inoperância do software em virtude de restrições impostas para o acesso aos servidores e equipamentos da **CONTRATANTE**;
- d) pelo prazo de disponibilização dos órgãos oficiais para a consulta pela **DATA LAWYER INSIGHTS**, em razão do volume para processamento ou por qualquer outro motivo, e ainda por dificuldades de acesso e limitadores como: *captchas* (imagens com caracteres, sons), bloqueio de IPs (número que identifica o computador na internet) ou qualquer outro método de bloqueio que possa vir a ser utilizado e que prejudique a captura e processamento das informações;
- e) pelo uso inadequado dos serviços pelo usuário ou por falhas de operação ou configuração em equipamentos e sistemas da **CONTRATANTE**.

14.5. Em caso de necessidade de manutenção, a **DATA LAWYER INSIGHTS** poderá deixar a plataforma fora do ar, sem que isso implique em direito à indenização à **CONTRATANTE**. A **DATA LAWYER INSIGHTS**, no entanto, se compromete a avisar com antecedência sobre a realização de tais procedimentos, visando mitigar os impactos decorrentes da suspensão temporária dos serviços.

15. CONFIDENCIALIDADE (NON-DISCLOSURE AGREEMENT)

15.1. A **CONTRATANTE** manterá em sigilo as informações confidenciais da **DATA LAWYER INSIGHTS** às quais tiver acesso durante a execução do Contrato, incluindo, mas não se limitando aos códigos fontes, dados, fórmulas, métodos, procedimentos, comunicações confidenciais, segredos de negócio, know-how, entre outros, mesmo após a rescisão do Contrato.



15.2. A **DATA LAWYER INSIGHTS** poderá utilizar-se de informações confidenciais para a prestação dos serviços pactuados, não podendo divulgá-las, cedê-las, doá-las, repassá-las, vendê-las, reproduzi-las por quaisquer meios, ou transferi-las, a qualquer título, em qualquer tempo e circunstância, tampouco usá-las em benefício próprio ou de terceiros para finalidade diversa da ora ajustada, devendo adotar todas as providências necessárias para que seus empregados, técnicos, sócios, prestadores de serviços ou prepostos tomem ciência da natureza sigilosa dessas informações e respeitem a integridade de guarda das mesmas.

15.3. Compreender-se-ão como “informações confidenciais” quaisquer informações, dados técnicos/negociais ou conhecimentos relacionados: à pesquisa/negócio, produtos, código fonte de software, código objeto, hardware, software, dados, serviços, desenvolvimento, invenções, processos, técnicas de produção, estratégias mercadológicas, estratégias de negócio, técnicas de administração, especificações, “designs”, planos, desenhos, protótipos, projetos, aquisições, contabilidade, diagramas de montagem, fluxogramas, atividades de marketing, correspondências, e-mails, clientes, preços, merchandising e/ou quaisquer informações oriundas de clientes ou da outra parte contratante e, ainda, dados de clientes como contratos de honorários, documentos de clientes, dentre outros relativos ao presente contrato, e reveladas/obtidas por qualquer meio, independentemente da sua forma, seja ela escrita, digital, oral ou visual.

15.4. A divulgação de informações confidenciais ocorrerá apenas mediante autorização por escrito da **CONTRATANTE** ou caso a Parte Receptora seja notificada por autoridade administrativa ou judicial competente para fornecimento de informação confidencial. Nesse caso, deverá notificar imediatamente a Parte Divulgadora antes do fornecimento, para que esta tenha oportunidade de defender tais informações confidenciais. O fornecimento das informações confidenciais à autoridade competente, observado o disposto acima, não será considerado infração das obrigações de confidencialidade acordadas.

15.5. Excetua-se ao dever de confidencialidade e sigilo as informações que sejam ou venham a se tornar de conhecimento público ou que sejam recebidas por uma das partes de terceiros que as divulgue em base não confidencial como, por exemplo, em peças processuais.

15.6. A obrigação de sigilo aqui prevista se estende aos empregados, representantes, agentes e contratados, cabendo cada uma das partes:

- a) exigir destas pessoas o sigilo absoluto das informações;
- b) responder por todas as infrações eventualmente por ela cometidas;
- c) exigir comprometimento de uso do SOFTWARE e das informações lá expostas, nos exatos limites do Contrato.

15.7. As Partes emvidarão seus melhores esforços para prestar assistência mútua em relação à investigação de reclamação, alegação, ação, processo, litígio, acesso, utilização, transformação ou divulgação não autorizada de informações confidenciais.

15.8. A confidencialidade prevista permanecerá vigente durante o Contrato e perdurará pelo prazo adicional de 5 (cinco) anos a contar do seu encerramento, independente do motivo que leve à sua extinção.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS



16.1. O software Data Lawyer Insights deverá ser utilizado exclusivamente para as finalidades contratadas, não podendo a **CONTRATANTE** e usuários habilitados permitirem, facilitarem, utilizarem ou fornecerem os serviços ora contratados a terceiros ou usuários não habilitados. O software tampouco deverá ser utilizado pela **CONTRATANTE**, sob qualquer circunstância, para exploração comercial.

16.1.1. Caso seja constatado o uso indevido do software Data Lawyer Insights, conforme as hipóteses da Cláusula acima, além do imediato bloqueio do acesso ao software, a **CONTRATANTE** ficará sujeita ao pagamento de uma multa não compensatória de até 10 (dez) mensalidades, conforme o plano contratado, sem prejuízo de eventual cobrança de perdas e danos e lucros cessantes decorrentes do uso indevido.

16.2. O usuário concorda em não burlar, desativar ou, de alguma forma, interferir em ferramentas e/ou recursos relacionados à segurança do site, sob pena de responder civil e criminalmente por tais atos.

16.3. A **DATA LAWYER INSIGHTS** é isenta de quaisquer responsabilidades por mensagens e notificações eletrônicas não recebidas pelo destinatário, quanto às funcionalidades do software que permitem notificações e lembretes, por e-mail ou sistema.

16.4. O presente Contrato constitui título executivo extrajudicial, podendo a **CONTRATANTE** ser instado a cumprir qualquer obrigação de pagamento a qualquer tempo, para fins e efeitos do artigo 784 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15).

16.5. A **CONTRATANTE** concorda que os parceiros de negócios da **DATA LAWYER INSIGHTS**, incluindo qualquer empresa terceira contratada pela **CONTRATANTE** para prestar serviços de consultoria e/ou outros serviços, não são agentes da **DATA LAWYER INSIGHTS**. Assim, a **DATA LAWYER INSIGHTS** não é responsável, nem está vinculada a quaisquer atos dos referidos parceiros.

16.6. Tal previsão não se aplica às relações consumeristas em que a **DATA LAWYER INSIGHTS** comprovadamente figure na cadeia de fornecimento, resguardado eventual direito de regresso.

16.7. Na hipótese de qualquer item do presente contrato vir a ser declarado nulo ou não aplicável, tal nulidade ou inexecutibilidade não afetará os demais itens, termos ou disposições contidas, os quais permanecerão em pleno vigor e efeito.

16.8. O não exercício pela **DATA LAWYER INSIGHTS** de qualquer dos direitos previstos nestes "**Termos e Condições de Uso**" ou mesmo a sua tolerância no atraso ou falta de cumprimento total ou parcial de quaisquer obrigações, não constituirá novação ou renúncia a tais direitos e obrigações, nem poderá ser considerado precedente ou autorização tácita, devendo ser interpretado como mera liberalidade da **DATA LAWYER INSIGHTS**, visando a defesa dos interesses da plataforma <https://insights.datalawyer.com.br> e de seu software.

16.9. A **DATA LAWYER INSIGHTS** poderá ceder os direitos decorrentes do presente instrumento, no caso de transferência de tecnologia ou da propriedade intelectual para terceiros, cuidando para que o adquirente respeite todos os direitos e obrigações previstos, sem que haja qualquer obrigação de anuência prévia pela **CONTRATANTE** ou demais Usuários.



16.10. A **DATA LAWYER INSIGHTS** se compromete a envidar todos os esforços para que seu software permaneça sempre disponível e em boas condições de utilização nos termos e limites contratados.

16.11. Consideram-se válidas as comunicações e negociações comprovadamente feitas formalmente entre as Partes de forma presencial ou por e-mail com a troca de mensagens, inclusive com o envio e/ou recebimento de documentos anexados, relativos a solicitações, propostas de serviços e autorizações pertinentes à contratação de que trata os presentes “**Termos e Condições de Uso**”.

16.12. O horário de funcionamento e expediente comercial da **DATA LAWYER INSIGHTS** é das 08:00 às 18:00 horas dos dias úteis de segunda à sexta-feira, considerando o horário oficial de Brasília.

16.13. A **DATA LAWYER INSIGHTS** arcará com todas as despesas relativas a encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas, referentes aos serviços executados por seus empregados em cumprimento ao objeto deste contrato, uma vez que não existe nenhum vínculo empregatício destes com a **CONTRATANTE**.

17. RESCISÃO DO CONTRATO

17.1. O presente Contrato poderá ser rescindido imotivadamente por qualquer uma das Partes a qualquer tempo, de acordo com sua vontade, mediante aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

17.1.1. Na ocorrência de rescisão imotivada, se o pagamento total dos serviços contratados tiver sido efetuado antecipadamente:

- a) fica a **DATA LAWYER INSIGHTS** obrigada a reembolsar à **CONTRATANTE** o valor referente aos serviços que seriam prestados no período compreendido entre a data da rescisão e o dia previsto para o término da vigência contratual.
- b) se a rescisão imotivada for promovida pela **CONTRATANTE**, terá ela de pagar uma multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do referido reembolso, mais o valor correspondente aos encargos fiscais recolhidos aos cofres públicos por ocasião da emissão da nota fiscal relativa ao pagamento antecipado, cujo somatório será descontado do valor a ser reembolsado à **CONTRATANTE**.

17.2. O presente Contrato poderá ser rescindido imediatamente por qualquer uma das Partes, a qualquer tempo, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante notificação eletrônica ou física à Parte que descumprir qualquer obrigação assumida na presente contratação, incluindo a rescisão por atraso superior a 20 (vinte) dias do pagamento de qualquer fatura relativa à prestação dos serviços contratados.

17.3. O presente Contrato restará extinto ao final de seu prazo de vigência, conforme estes “Termos e Condições de Uso”, caso qualquer uma das Partes manifeste interesse em não renovar, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

17.4. Rescisão por Insolvência ou falência: Se uma das Partes requerer recuperação judicial ou extrajudicial, for declarada insolvente ou falida, qualquer uma delas poderá,



mediante entrega de notificação por escrito à outra Parte, rescindir imediatamente este contrato.

17.5. O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das Partes na ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

17.6. Em qualquer hipótese de rescisão, os serviços serão interrompidos imediatamente, salvo quando necessário aviso prévio.

18. FORO DE ELEIÇÃO

18.1. Qualquer controvérsia decorrente da interpretação ou aplicação do presente Contrato será resolvida de acordo com o princípio da boa-fé, elegendo as partes foro da comarca de Goiânia, Estado de Goiás, como competente para processar e julgar quaisquer disputas oriundas desta relação.

